

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR**

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA INGRESSO NO PROGRAMA DE  
BOMBEIROS MILITARES ESTADUAIS TEMPORÁRIOS - PBMET  
PROA nº 25/1207-0000094-9

**EDITAL DA/DRH nº SD-B 10/2025 Soldado Bombeiro Militar Estadual Temporário – SD BMET  
(NÍVEL MÉDIO)**

O Diretor do Departamento Administrativo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Fundação Universidade Empresa de Tecnologia e Ciências – FUNDATEC, **DIVULGAM o Gabarito Definitivo do Exame Intelectual** do Processo Seletivo para a função de Soldado Bombeiro Militar Estadual Temporário, conforme o Edital DA/DRH nº SD-B 01/2025 – Soldado Bombeiro Militar Estadual Temporário (Nível Médio), publicado no Diário Oficial nº 173, de 4 de setembro de 2025.

**1. DO GABARITO DEFINITIVO DO EXAME INTELECTUAL**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	B	D	A	C	D	C	B	C	B	A	D	C	A	D	A	C	B

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	D	A	C	B	C	D	A	D	B	C	D	A	B	A	C	D	A	B

**2. DAS JUSTIFICATIVAS PARA MANUTENÇÃO OU ALTERAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR**

2.1. As Justificativas para Manutenção ou Alteração do Gabarito Preliminar encontram-se em Anexo Único, disponível para consulta no site da FUNDATEC, [www.fundatec.org.br](http://www.fundatec.org.br), bem como no site do Corpo de Bombeiros Militar [www.bombeiros.rs.gov.br](http://www.bombeiros.rs.gov.br).

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

Alexandre Sório Nunes - Cel QOEM

**Diretor do Departamento Administrativo do CBMRS**



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR/RS

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº SD-B 01/2025

ANEXO I – JUSTIFICATIVAS PARA MANUTENÇÃO/ALTERAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES

**JUSTIFICATIVA PARA MANUTENÇÃO OU  
ALTERAÇÃO DE GABARITOS PRELIMINARES**

De acordo com o Edital de Abertura DA/DRH Nº SD-B 01/2025, que rege este Processo Seletivo Público, argumentações inconsistentes, extemporâneas, que estiverem fora das especificações estabelecidas para a interposição, que contiverem questionamentos de natureza administrativa (por exemplo, relacionados às normas previamente estipuladas em Edital) não obterão resposta da banca avaliadora e, por isso, não terão respostas publicadas na *Internet*. Não serão computadas as questões não assinaladas na grade de respostas, nem as que contiverem mais de uma *resposta*, emenda ou rasura, ainda que legível.

**NÍVEL MÉDIO**

**MATÉRIA: LÍNGUA PORTUGUESA**

**CARGO(S): SOLDADO BOMBEIRO MILITAR ESTADUAL – TEMPORÁRIO**

**QUESTÃO: 1 - MANTIDA alternativa 'B'.**

A primeira assertiva era:

Até o incêndio das Lojas Renner, a capital dos gaúchos não possuía leis que regulamentassem a prevenção contra incêndios, o que já havia começado a se modificar em outras capitais.

No texto, nas linhas **linhas 09-13** - Depois da catástrofe, a necessidade de ampliar a segurança contra incêndios — algo ainda pouco debatido naquele tempo — passou \_\_\_ pauta do dia em Porto Alegre. **Até então**, segundo o tenente-coronel Eduardo Estevam Rodrigues, comandante do 1º Batalhão de Bombeiro Militar, responsável pela Capital, **o Rio Grande do Sul não tinha legislação específica sobre o tema. Linhas 18-20.** A partir das tragédias nos edifícios Andraus e Joelma, **idades como São Paulo e Rio de Janeiro assumiram \_\_\_ frente nesse processo. Porto Alegre só tomaria parte no debate após o desastre de 1976.**

Percebe-se, a partir da leitura dos trechos destacados em negrito, que a assertiva está correta.

A segunda assertiva era: Entre as leis sancionadas pelo então prefeito da cidade, está a lei complementar nº 30 que tornava obrigatória a vistoria em prédios da capital e as instalações prediais de água e esgoto.

No texto, nas linhas **linhas 24-27** - o prefeito Villela sancionaria as leis complementares nº 30, estabelecendo normas de proteção contra incêndios, e nº 28, dispondo sobre a necessidade de vistoria obrigatória em prédios para a verificação dessas medidas. Também foi estabelecido um código para instalações prediais de água e esgoto.

Percebe-se, portanto, que a lei que tornava obrigatória a vistoria em prédios da capital e as instalações prediais de água e esgoto era a nº 28, e não a nº 30, razão pela qual a assertiva está incorreta.

A terceira assertiva era: A perícia não conseguiu indicar se o incêndio das Lojas Renner havia sido um caso fortuito, mas foi possível identificar que não havia meios de prevenção suficientes no local.

No texto nas **linhas 35-40** - O esforço está descrito em um documento de 24 páginas, guardado nos arquivos do IGP. Nele, os peritos concluíram que a tragédia foi provocada pela “ação de corpo ígneo (cigarro, palito de fósforo, etc.) **caído ou lançado, acidental e propositalmente** sobre material combustível”. **Eles também identificaram “insuficiência de meios de prevenção”** e “deficiências arquitetônicas”. O que restou do prédio destruído foi implodido e deu lugar a um novo edifício, concebido de forma a garantir segurança.

De acordo com o Dicionário Aulete Digital, a palavra "fortuito" quer dizer:

(for.tui.to)

a.

1. Que acontece sem ter sido planejado, que acontece por acaso (encontro fortuito); EVENTUAL; IMPREVISTO; CASUAL

[F.: Do lat. *fortuitus*.]

Sendo assim, como o laudo apontou não ser possível identificar se o corpo ígneo havia **caído ou sido lançado, acidental e propositalmente, não é possível determinar se se trata de caso fortuito ou não, uma vez que o adjetivo "acidental" refere-se a "caído", e "propositalmente, à "lançado".**

**A assertiva está, portanto, correta.**

**Diante do exposto, indefere-se o recurso**

### **QUESTÃO: 3 - MANTIDA alternativa 'A'.**

As situações de ocorrência ou não do acento indicativo de crase nos trechos indicados pela questão encontram-se detalhadas a seguir:

**linha 01** - Às 14h8min de 27 de abril de 1976 – Na indicação de horas, ocorre o acento indicativo de crase.

**linha 10** - passou à pauta do dia em Porto Alegre – ocorrência da preposição “a” (sinônimo de para) regida pela forma verbal transitiva indireta “passou” e do artigo definido feminino singular determinante de “pauta”.

**linha 18** - cidades como São Paulo e Rio de Janeiro assumiram a frente nesse processo – a forma verbal “assumiram” é transitiva direta, portanto, não há a ocorrência da preposição “a” que se contraia ao artigo definido feminino singular determinante do substantivo “frente” (não se trata de locução adverbial de lugar)

Diante do exposto, indefere-se o recurso.

### **QUESTÃO: 4 - MANTIDA alternativa 'B'.**

De acordo com o Dicionário de Português Online:

Significado de Insuficiência

substantivo feminino

Incapacidade, total ou parcial, do órgão de exercer satisfatoriamente suas funções: insuficiência renal.

Incapacidade para desenvolver ou exercer uma tarefa ou função.

Estado ou característica do que é insuficiente, insatisfatório ou **escasso**.

Etimologia (origem da palavra **insuficiência**). Do latim *insufficiētia*.ae.

Sinônimos de Insuficiência

Insuficiência é sinônimo de: impotência, incompetência

Antônimos de Insuficiência

Insuficiência é o contrário de: suficiência

Sendo assim, a primeira assertiva está correta, tendo em vista que um sinônimo possível para “insuficiência” é “escassez”.

Como aponta a mesma referência, “insuficiência” (palavra derivada) é o contrário de “suficiência” (sua primitiva). A formação se dá pela adição do prefixo negativo “in-” a “suficiência”.

A assertiva está, portanto, correta.

De acordo com o Dicionário Aulete Digital,

(in.su.fi.ci.en.te.men.te)

adv.

1. De modo insuficiente.

[F.: *insuficiente* + *-mente*.]

Sendo assim, a terceira assertiva está incorreta, pois “insuficientemente” é advérbio, e não adjetivo.

Diante do exposto, indefere-se o recurso.

### QUESTÃO: 5 - MANTIDA alternativa 'D'.

A primeira assertiva era:

Em "o prédio das Lojas Renner, no centro da cidade, era consumido pelo fogo", as vírgulas são usadas para separar um aposto.

A assertiva é falsa, tendo em vista que "no centro da cidade" é um adjunto adverbial de lugar intercalado.

A segunda assertiva era:

No trecho "o então prefeito da Capital, Guilherme Socias Villela, hoje com 85 anos", tem-se um aposto que especifica o termo antecedente "prefeito da Capital".

De acordo com Evanildo Bechara, em "Gramática Escolar da Língua Portuguesa", o aposto é um "termo de natureza substantiva que se usa para explicar ou explicitar outro termo de natureza substantiva" (p. 56).

Nota-se que na assertiva em questão não se classifica o aposto como especificativo, mas se afirma que ele especifica (um verbo) o seu antecedente. De acordo com o Dicionário Aulete Digital:

(es.pe.ci.fi.car)

v.

1. Determinar a espécie de; CARACTERIZAR: O diretor vai especificar a função de cada um.

2. Dizer qual é (entre dois ou mais elementos similares ou de função semelhante); DISCRIMINAR; APONTAR: Especificou a louça que deveria ser usada no jantar

3. Mostrar individualmente; PARTICULARIZAR: Especificou a tarefa a ser realizada primeiro. [Antôn.: generalizar.]

4. Explicar em detalhes: Especificou os motivos de sua renúncia.

[F.: Do lat. tard. *specificare*. Hom./Par.: *específico* (fl.), *específico* (a.); *específicas* (fl.), *específicas* (fem. pl. de *específico*).]

A assertiva está correta e não apresenta vício de linguagem, pois não aborda a classificação do aposto, mas a sua função de caracterizar um antecedente como preconizado, inclusive, pelo próprio gramático Evanildo Bechara.

A terceira assertiva era: A ocorrência da vírgula, em "Desde o início da década de 1970, as áreas centrais das metrópoles brasileiras se verticalizavam.", demarca um adjunto adverbial deslocado.

A assertiva é verdadeira, pois **tem-se um adjunto adverbial de tempo deslocado para o início do período.**

**Diante do exposto, indefere-se o recurso.**

### QUESTÃO: 6 - MANTIDA alternativa 'A'.

De acordo com Domingos Paschoal Cegalla, em Novíssima Gramática da Língua Portuguesa, página 291, a locução conjuntiva "já que" é subordinativa adverbial causal, sendo assim, ela introduz a explicação acerca da causa, do motivo, de algo.

Diante do exposto, indefere-se o recurso.

### QUESTÃO: 8 - MANTIDA alternativa 'D'.

De acordo com o Dicionário Aulete Digital, o sentido de "angariar" é:

(an.ga.ri.ar)

v.

1. Obter, ger. dinheiro, por meio de promoções ou pedidos: O espetáculo angariava fundos para crianças abandonadas.

2. Conseguir para si: Rapidamente angariou reputação no meio esportivo.

3. Atrair ou recrutar (pessoas) para um determinado fim: O professor angariou *dez alunos para trabalhar na feira de ciências*.

[F.: Do lat. *angariare*, do gr. *aggareúo* 'pressionar'.]

Sendo assim, a troca de "angariar" por "conseguir" é correta. Ainda a transposição do trecho "para custear a instalação de novos hidrantes na capital" para a voz passiva "**para que a instalação de novos hidrantes na Capital fosse custeada**" está gramaticalmente correta e não altera significativamente o sentido original do trecho.

Do mesmo modo, a palavra "capital" assim é definida pelo mesmo dicionário:

sm.

7. Econ. Conjunto dos bens disponíveis, riqueza.; RIQUEZA [Tb. fig.: *A saúde é o nosso maior capital.*]

8. Econ. O total desses bens aplicáveis à produção e à geração de renda

9. Econ. Patrimônio de uma empresa, que se constitui de, ou pode ser convertido em, dinheiro.

Sendo assim, a substituição de "fundos" por "capital" é possível sem causar incorreção ou alteração ao sentido do trecho original. Atente-se para o fato de que a "Capital", cidade central, está grafada com letra maiúscula, distinguindo-se, assim, de "capital", grafado com letra minúscula. Ainda, "custear" significa:

(cus.te.ar)

v.

1. Pagar as despesas de; FINANCIAR: empresa custeou *sua viagem*: custear a exploração de uma mina. [F.: *custo* + *-ear*<sup>2</sup>. Hom./Par. *custear*, *costear* (em todas as fl.) *custeado* (part.), *costeado* (a.) *custeio* (fl.), *costeio* (sm.)]

A substituição da preposição "para" pela locução conjuntiva "para que" demanda a expansão da oração, aqui transposta para a voz passiva sintética. Sendo assim, as alternativas A e B são corretas.

Diante do exposto, indefere-se o recurso.

#### QUESTÃO: 9 - MANTIDA alternativa 'C'.

Apresentam-se as classes de palavras às quais pertencem os vocábulos sublinhados no trecho a seguir: "mas as leis não acompanhavam a transformação urbana na mesma velocidade"

não

adv.

1. Exprime negação ou recusa: --Aceita uma taça de vinho? -- Não, prefiro champanhe. [ Antôn.: sim. ]

2. Negação da ação verbal: Não vou sair na chuva.

(ur.*ba*.no)

a.

1. Que demonstra urbanidade, afabilidade, cortesia: Um senhor de maneiras urbanas. [ Antôn.: descortês, grosseiro. ]

2. Que pertence a cidade ou a ela se refere (conglomerado urbano, transporte urbano): Estilo de vida urbano. [ Antôn.: inurbano, rústico. ]

3. Que apresenta caráter típico de cidade; CITADINO: Aumentavam cada vez mais os conflitos urbanos. [ Antôn.: campesino, rural. ]

4. Que vive na cidade (cidadão urbano)

sm.

5. SP Pop. Soldado da polícia

[F.: Do lat. *urbanus*, *a*, *um*]

Segundo Celso Cunha e Lindley Cintra, em "Nova Gramática do Português Contemporâneo", página 342, "Mesmo e próprio são demonstrativos quando têm o sentido de "exato", "idêntico", "em pessoa"". "Eu não posso viver na mesma casa, na mesma rua, no mesmo sítio".

Além disso, o comando da questão era claro ao solicitar a "classe de palavras" às quais as palavras pertenciam. Um pronome em posição de adjetivo, ainda assim, pertence à classe dos pronomes.

Diante do exposto, indefere-se o recurso.

### MATÉRIA: LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

#### CARGO(S): SOLDADO BOMBEIRO MILITAR ESTADUAL – TEMPORÁRIO

#### QUESTÃO: 36 - MANTIDA alternativa 'A'.

Os recursos interpostos não devem ser, em parte, conhecidos e, na parcela conhecida, não devem ser providos. Deixa-se de conhecer o(s) recurso(s) com identificação do(a) candidato(a) por expressa violação ao edital.

A alternativa "C" está incorreta, pois a presunção de legitimidade dos atos administrativos é de caráter relativo e pode ser desconstituída mediante prova em contrário, não sendo de caráter absoluto ou, segundo o clássico brocardo latino, de *juris et de jure*. (Curso de Direito Administrativo, 35ª Edição, JusPodivm e Malheiros Editores, 2021, p. 342).

A assertiva correta é a letra "A", que descreve os atributos dos atos administrativos consagrados (presunção de legitimidade, imperatividade, exigibilidade e excoutoriedade), nos termos do que leciona Celso Antônio Bandeira de Mello (Curso de Direito Administrativo, 35ª Edição, JusPodivm e Malheiros Editores, 2021, p. 342).

Dessarte, mantido o gabarito preliminar.

**QUESTÃO: 37 - MANTIDA alternativa 'C'.**

Os recursos interpostos não devem ser, em parte, conhecidos e, na parcela conhecida, não devem ser providos. Deixa-se de conhecer o(s) recurso(s) com identificação do(a) candidato(a) por expressa violação ao edital.

Preliminarmente, salienta-se que a questão busca a alternativa incorreta.

A alternativa “D” não pode ser assinalada, pois está correta, nos termos do que dispõe o artigo 13 da Lei de Improbidade Administrativa.

A alternativa “B” não pode ser assinalada, pois está correta, conforme o disposto no artigo 7º da Lei de Improbidade Administrativa.

A alternativa “C” deve ser assinalada, pois está incorreta. Nos termos do artigo 17, §19, inciso IV, da Lei de Improbidade Administrativa, incluído pela Lei nº 14.230/2021, não cabe mais o reexame necessário das sentenças que julgam improcedente a ação de improbidade.

Portanto, mantido o gabarito preliminar.

**QUESTÃO: 38 - MANTIDA alternativa 'D'.**

Os recursos interpostos não devem ser, em parte, conhecidos e, na parcela conhecida, não devem ser providos. Deixa-se de conhecer o(s) recurso(s) com identificação do(a) candidato(a) por expressa violação ao edital.

A alternativa “A” está incorreta, pois, nos termos do art. 26, do Estatuto, ao servidor militar da ativa é mesmo vedado participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercer comércio. Todavia, ele pode ser acionista, cotista ou comanditário.

A alternativa “B” também está incorreta, pois o Estatuto não excepciona nenhuma hipótese em que o servidor da ativa possa filiar-se a partido político (art. 28).

A alternativa “C” está incorreta, pois no âmbito do Conselho de Justificação, o Oficial Militar poderá perder o posto e a patente por decisão do Tribunal Militar do Estado, mas desde que seja declarado indigno do Oficialato ou com ele incompatível (art. 41 do Estatuto).

A alternativa “D” está correta, pois, quanto maior a hierarquia do servidor, mais reprovável é a violação aos preceitos da ética policial-militar, nos termos do que dispõe o §1º do art. 35 do Estatuto.

Assim, mantido o gabarito preliminar.

**QUESTÃO: 39 - MANTIDA alternativa 'A'.**

Os recursos interpostos não devem ser, em parte, conhecidos e, na parcela conhecida, não devem ser providos. Deixa-se de conhecer o(s) recurso(s) com identificação do(a) candidato(a) por expressa violação ao edital.

A alternativa “A” está correta, nos termos do que dispõe o artigo 32, inciso VI, do Decreto Estadual nº 43.245, de 19 de julho de 2004 - Regulamento Disciplinar da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Salienta-se que o fato de existirem outras causas de justificação não torna a alternativa incorreta.

A alternativa “D” está incorreta, pois a transgressão descrita é de natureza leve (Anexo I, I.4, do Decreto Estadual nº 43.245, de 19 de julho de 2004 - Regulamento Disciplinar da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul).

Portanto, mantido o gabarito preliminar.

**QUESTÃO: 40 - MANTIDA alternativa 'B'.**

Os recursos interpostos não devem ser, em parte, conhecidos e, na parcela conhecida, não devem ser providos. Deixa-se de conhecer o(s) recurso(s) com identificação do(a) candidato(a) por expressa violação ao edital.

A alternativa a) está incorreta, pois as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causam a terceiros, nos termos do art. 37, §6º, Constituição Federal.

A alternativa b) está correta, porquanto a doutrina majoritária admite exceções à responsabilidade civil do Estado, inclusive as duas referidas no texto da assertiva. Nota-se que em nenhum momento o referido texto limita as hipóteses de excludentes àquelas mencionadas.

A alternativa c) está incorreta, pois o Estado é responsável, na esfera cível, por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública, nos termos do tema nº 1.237 da Repercussão Geral do STF.

A alternativa d) é incorreta, porque a responsabilidade civil do Estado por atos comissivos que gerem prejuízos a terceiros é, em regra, objetiva.

Portanto, mantido o gabarito preliminar.

## MATÉRIA: ATUALIDADES

### CARGO(S): SOLDADO BOMBEIRO MILITAR ESTADUAL – TEMPORÁRIO

#### QUESTÃO: 22 - MANTIDA alternativa 'B'.

**MANTIDA alternativa 'B'.** Não há razão para falar em ambiguidade, pois, entre as opções, somente Malcolm X nasceu em 1925 (centenário em 2025), foi liderança dos direitos civis, defendeu autodeterminação e orgulho negro e influenciou movimentos anticoloniais. As demais alternativas não reúnem simultaneamente os elementos do enunciado; portanto, apenas uma cumpre os critérios temporal e histórico, sem margem para múltiplas interpretações.

Além disso, a data é apenas um dos elementos da questão, cujo conteúdo está previsto no programa. Não há violação de isonomia, pois é esperado que o candidato conheça linhas gerais da biografia de figuras históricas relevantes. A expressão “completa-se” é adequada e não pressupõe pessoa viva. A questão não exige memorizar idades: a data apenas auxilia, sendo central reconhecer a trajetória da liderança. Da mesma forma, não há erro em mencionar “união racial”, já que, após 1964, Malcolm X passou a defender cooperação e alianças amplas contra a opressão, o que torna a descrição compatível com sua fase final.

Fonte: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historia-america/malcolm-x.htm>

#### QUESTÃO: 23 - MANTIDA alternativa 'D'.

**MANTIDA alternativa 'D'.** O próprio catálogo de políticas públicas do Ipea (disponível em:

<https://catalogo.ipea.gov.br/politica/666/programa-de-protecao-e-promocao-da-saude-menstrual>) afirma que o programa tem como objetivo “oferecer garantia de cuidados básicos de saúde e desenvolver meios para a inclusão das mulheres em ações e programas de proteção à saúde menstrual”. Portanto, a expressão “cuidados básicos de saúde” não altera o sentido nem extrapola o conteúdo previsto.

Assim, a alternativa é correta e tecnicamente adequada ao texto legal, sem vícios, ambiguidade ou extrapolação.

#### QUESTÃO: 26 - MANTIDA alternativa 'B'.

**MANTIDA alternativa 'B'.** A questão trata do principal destino das exportações brasileiras, ou seja, de um dado estrutural e recorrente, não de uma oscilação conjuntural de setores específicos.

As exportações do Brasil têm como maior destino a China de forma contínua há vários anos, com ampla diferença em relação aos demais parceiros comerciais. Situações pontuais não alteram o cenário geral nem o dado oficial consolidado que fundamenta a resposta correta.

Assim, o argumento baseado em eventual redirecionamento para a Argentina não invalida o conteúdo cobrado nem modifica o ranking real dos destinos das exportações brasileiras. Fontes:

<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/08/china-e-o-principal-destino-de-exportacoes-brasileiras> <https://www.fazcomex.com.br/exportacao/exportacoes-no-brasil/>

**QUESTÃO: 27 - MANTIDA alternativa 'C'.**

**MANTIDA alternativa 'C'.** A afirmativa II está incorreta, pois o dia foi oficialmente instituído em 2011 pela Lei nº 12.519 e não em 2001. O que ocorreu em 2001 não possui força de lei para estabelecer uma data comemorativa nacional.

Logo, não há ambiguidade: em prova objetiva, “instituído” refere-se a instituição por lei — o que não ocorreu em 2001.

**QUESTÃO: 29 - MANTIDA alternativa 'A'.**

**MANTIDA alternativa 'A'.** A questão utiliza a divisão adotada pela Sema-RS (<https://www.sema.rs.gov.br/bacias-hidrograficas>), que classifica o território em três grandes regiões hidrográficas de referência: Uruguai, Guaíba e Litoral (conforme o gabarito).

É importante atentar ao enunciado, que emprega **regiões** e não **bacias**, e não confundir esses dois níveis distintos de classificação.

**QUESTÃO: 30 - MANTIDA alternativa 'D'.**

**MANTIDA alternativa 'D'.** A questão está correta. O Atlas Socioeconômico do RS utiliza explicitamente a expressão “O clima do Rio Grande do Sul é temperado do tipo subtropical” (<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/clima-temperatura-e-precipitacao>). Não há qualquer referência no Atlas a “tropical úmido”, nem a outra classificação geral que possa gerar múltiplas respostas. A menção à categoria de Köppen (“mesotérmico úmido”) não invalida a nomenclatura principal adotada pelo próprio Atlas; trata-se apenas de informação complementar.

Portanto, o item não apresenta ambiguidade, possui alternativa correta e não há fundamento técnico para sua anulação.

**MATÉRIA: LEGISLAÇÃO (DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA)**

**CARGO(S): SOLDADO BOMBEIRO MILITAR ESTADUAL – TEMPORÁRIO**

**QUESTÃO: 33 - MANTIDA alternativa 'D'.**

O recurso interposto não deve ser acolhido. A questão busca a alternativa incorreta e, de fato, o STF decidiu que a injúria racial é espécie de racismo, e, portanto, imprescritível (Habeas Corpus 154248), de sorte que a alternativa e) está incorreta.

Portanto, mantido o gabarito preliminar.

**QUESTÃO: 34 - MANTIDA alternativa 'A'.**

Os recursos interpostos não devem ser acolhidos.

A alternativa “A” está correta, pois expressa a literalidade do artigo 126 da Constituição Estadual. A alternativa “D” está incorreta, pois os Municípios podem sim constituir serviços civis e auxiliares de combate ao fogo, de prevenção de incêndios e de atividades de defesa civil, nos termos do artigo 128, inciso II, da Constituição Estadual.

**MATÉRIA: MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO**

**CARGO(S): SOLDADO BOMBEIRO MILITAR ESTADUAL – TEMPORÁRIO**

**QUESTÃO: 11 - MANTIDA alternativa 'C'.**

Prezado(a) candidato(a)

A questão é referente a cálculos com frações. O enunciado da questão diz, na ordem:

1º - caminhão com 9000 litros (3/4 da capacidade)

2º - Primeira reserva: 1/3 do disponível: 3000 litros

3º - Segunda reserva: 2/5 do que restou (logo, é necessário fazer o desconto da primeira reserva)

4º - Emergências: o que sobrar no tanque

A expressão “do que restou” tem clara referência anafórica em português: refere-se ao que ficou disponível **após a primeira reserva** ser retirada, e não à água inicial.

Se a intenção fosse pegar  $\frac{2}{5}$  da água inicial, o enunciamento seria:

“a segunda, correspondente a  $\frac{2}{5}$  da água disponível”.

Mas não é isso que está escrito: está “ **$\frac{2}{5}$  do que restou**”, e “restou” só faz sentido após uma subtração prévia.

Seguindo estritamente o enunciado:

Capacidade:  $12000 \times \frac{3}{4} = 9000$

Disponível: 9000

1ª reserva:  $\frac{1}{3} \times 9000 = 3000 \rightarrow 9000 - 3000 = 6000$  (restou após a reserva)

2ª reserva:  $\frac{2}{5} \times 6000 = 2400 \rightarrow 6000 - 2400 = 3600$

3ª reserva: 3600 (restante)

Qualquer outra leitura despreza a expressão “do que restou”, ferindo a coerência textual.

O recurso tenta forçar uma ambiguidade onde não há, ignorando a conexão linguística e matemática natural da sequência de operações. A interpretação sucessiva é a única compatível com a redação dada.

Portanto, o gabarito preliminar **3.600 L (C)** está correto, e o recurso deve ser **INDEFERIDO**.

Argumentação inválida.

Recurso indeferido.

### QUESTÃO: 12 - MANTIDA alternativa 'B'.

Prezado(a) candidato(a)

A questão aborda conhecimentos acerca de regra de três composta.

Seu desenvolvimento correto dá-se:

#### 1. Identificar as grandezas e a relação com a produção (km de aceiro)

Bombeiros (B) → Proporcionalidade direta (mais bombeiros, mais produção)

Horas/dia (H) → Proporcionalidade direta (mais horas por dia, mais produção)

Dias (D) → Proporcionalidade direta (mais dias, mais produção)

Produção (P) → quilômetros de aceiro

Situação conhecida:

$B_1 = 12$ ;  $H_1 = 8$  h/dia;  $D_1 = 6$  dias;  $P_1 = 3$  km

Situação nova:

$B_2 = 18$ ;  $H_2 = 10$  h/dia;  $D_2 = 9$  dias;  $P_2 = ?$

Todas as grandezas são diretamente proporcionais a P:

$$P_2/P_1 = B_2/B_1 \times H_2/H_1 \times D_2/D_1$$

Substituindo valores:

$$P_2/3 = 18/12 \times 10/8 \times 9/6$$

$$P_2/3 = 1620/576$$

$$576P_2 = 1620 \times 3$$

$$576P_2 = 4860$$

$$P_2 = 4860/576$$

$$P_2 = 8,4375$$

O recurso alega que a instrução “Considere apenas uma casa decimal” é vaga e imprecisa, podendo gerar dúvidas sobre o método de arredondamento e prejudicar a objetividade da questão.

No entanto, em provas de múltipla escolha, quando se solicita o resultado com **uma casa decimal**, subentende-se o uso do **critério de arredondamento usual** (isto é, arredondamento simétrico ou aritmético), padrão no contexto de matemática básica e concursos públicos.

O cálculo exato, conforme demonstrado, resulta em **8,4375 km**.

Pelas regras convencionais:

O dígito na segunda casa decimal é 3 (< 5), portanto, **mantém-se 8,4**.

A alternativa **B) 8,4 km** está inequivocamente correta, não havendo ambiguidade que justifique anulação, pois o candidato, ao seguir a ordem natural de arredondamento, chegaria a esse valor sem necessidade de “adivinhar” convenções.

Além, de como demonstrado, não há arredondamento em cálculos intermediários e somente no final.

Assim, o recurso é **INDEFERIDO**.

### QUESTÃO: 14 - MANTIDA alternativa 'D'.

Prezados(as) candidatos(as)

A questão trabalha com equação do primeiro grau, avaliando a capacidade de resolver um sistema linear e aplicar uma função afim, dentro de um contexto ilustrativo, e não conhecimentos de hidráulica ou física aplicada.

O recurso alega que a expressão  $V=k \cdot P+c$  é uma **função afim**, e não uma “equação de primeiro grau”, conforme citado no enunciado, e que isso constitui vício formal passível de anulação.

Embora a distinção entre “função” e “equação” exista no rigor matemático, em linguagem coloquial e mesmo em diversos materiais didáticos e concursos, é comum referir-se a  $y=ax+b$  como a **equação da reta** ou **equação de primeiro grau** na variável  $x$ .

O candidato não precisava resolver uma equação no sentido de “encontrar  $P$ ”, mas sim usar a **relação linear** fornecida, cuja forma é idêntica.

Não houve ambiguidade operacional: os dados  $(P,V)$  fornecidos permitiram determinar  $k$  e  $c$  de modo único, sem confusão conceitual que prejudicasse a resolução.

Portanto, o impropriedade terminológica não invalida a questão, pois não induz a erro na execução do cálculo. O recurso afirma que a relação correta entre vazão e pressão em esguichos segue  $V \propto \sqrt{P}$ , e que o modelo linear é fisicamente incorreto, gerando intercepto negativo sem sentido.

A prova é de **raciocínio lógico-matemático**, não de hidráulica aplicada. O enunciado explicita:

“A relação entre pressão ( $P$ ) e vazão ( $V$ ) é dada pela equação de primeiro grau apresentada abaixo.”

Ou seja, **estabelece-se um modelo matemático simplificado** para fins de resolução de problema. Muitas questões de concursos usam modelos lineares como aproximação em intervalos limitados, mesmo que o fenômeno real não seja linear em toda a faixa.

O intercepto negativo não invalida a questão, pois é apenas um parâmetro do modelo no contexto da regressão linear entre os pontos fornecidos.

A finalidade é testar a habilidade de resolver um sistema linear e extrapolar, e não conhecimentos de engenharia hidráulica.

O recurso argumenta que, sem o diâmetro da mangueira, a relação pressão-vazão não está definida na prática.

O enunciado não descreve um experimento real, mas um **modelo matemático abstraído** em que a relação  $V=kP+c$  é dada como válida para aquele bico específico.

Os dois pontos  $(5,200)$  e  $(8,380)$  **já determinam** a relação para aquele bico, independentemente de outros parâmetros físicos.

A questão é autossuficiente em dados para a resolução puramente algébrica. Exigir dados de diâmetro ou tipo de bico seria pertinente se a prova fosse de **Hidráulica**, o que não é o caso.

Os recursos apontam supostos vícios formais e técnicos que, embora embasados em precisões disciplinares externas (matemática pura, hidráulica), **não afetam a clareza, a possibilidade de resolução unívoca nem a validade do problema no contexto da prova**.

A banca forneceu todos os elementos necessários para resolver a questão dentro do modelo proposto, e a resolução leva a uma única alternativa correta (**D**) **620 L/min**, sem ambiguidade.

Resolução correta:

Para  $P=5$ ,  $V=200$ , substituindo:  $200=k \cdot 5+c \Rightarrow 5k+c=200(1)$

Para  $P=8$ ,  $V=380$ , substituindo:  $380=k \cdot 8+c \Rightarrow 8k+c=380(2)$

Subtrair 1 de 2

$(8k+c)-(5k+c)=380-200$

$3k=180 \Rightarrow k=60$

Encontrar  $c$

$5 \cdot 60+c=200$

$300+c=200 \Rightarrow c=-100$

Substituindo na equação:

$V=60P-100$

Calcular  $V$  para  $P=12$

$V=60 \cdot 12-100$

$V=720-100=620$

Conforme gabarito divulgado.

Portanto, os recursos são **INDEFERIDOS** e mantém-se o gabarito oficial.

#### **QUESTÃO: 16 - MANTIDA alternativa 'A'.**

Prezado(a) candidato(a)

A questão refere-se a geometria plana, em especial cálculo de perímetro.

O recorrente alega que a questão é passível de anulação por não especificar se as medidas fornecidas (12 m e 8 m) referem-se às dimensões internas ou externas do depósito, uma vez que, em vistorias técnicas, o perímetro de segurança consideraria as faces externas, dependendo da espessura das paredes.

Vejam:

**Contexto da questão:**

A prova é de raciocínio lógico-matemático, e não de engenharia civil ou arquitetura. O objetivo é avaliar a aplicação de uma fórmula geométrica básica — o perímetro do retângulo — e não conhecimentos específicos de normas de segurança contra incêndio ou construção civil.

**Clareza e suficiência de dados:**

O enunciado apresenta as medidas de forma direta: “medindo 12 m de comprimento e 8 m de largura”. Em matemática básica e na maioria dos contextos de problemas de geometria, essas dimensões referem-se às medidas **externas** da figura, salvo indicação em contrário.

Não há menção a paredes, espessura ou área útil no enunciado, o que indica que a situação foi abstraída para um cálculo puramente geométrico.

**Ausência de ambiguidade operacional:**

A aplicação direta da fórmula do perímetro do retângulo com os dados fornecidos resulta em:  $P=2 \times (12+8)=40$  m

**Exigência técnica desproporcional:**

Inserir a necessidade de considerar espessura de paredes demandaria um dado adicional que não foi fornecido e que foge ao escopo da pergunta, elaborada para ser resolvida apenas com as informações apresentadas.

O recurso pretende introduzir uma complexidade técnica que não está presente no enunciado, nem se justifica pelo objetivo da questão.

Não há ambiguidade que impeça a resolução correta com os dados fornecidos, e a alternativa **A) 40 m** está matematicamente correta e contextualmente adequada.

**Recurso INDEFERIDO.**

Mantém-se o gabarito oficial.

**QUESTÃO: 19 - MANTIDA alternativa 'C'.**

Prezado(a) candidato(a)

A questão aborda conhecimentos acerca de juros simples.

O recorrente alega que o enunciado não especifica se os juros simples de 1,5% ao mês incidem sobre o financiamento de forma global ao final de 2 anos (conforme resolvido) ou se são aplicados em um sistema de parcelamento, o que, segundo o recorrente, seria “mais comum” em financiamentos reais.

**Clareza do regime de juros:**

O enunciado é matematicamente claro ao afirmar:

“pagamento será financiado em 2 anos, com juros simples de 1,5% ao mês”.

Em matemática financeira, quando se diz “juros simples” sem menção a parcelas ou sistema de amortização, considera-se a fórmula básica:

$$J=C \cdot i \cdot t$$

e o montante pago ao final do período.

**Ausência de menção a parcelamento:**

O enunciado não faz referência a parcelas, prestações ou sistema de amortização (como SAC ou Price). Portanto, não há base para o candidato presumir que se trata de um financiamento parcelado com características diferentes do modelo de juros simples convencional.

**Suficiência de dados para resolução unívoca:**

Com as informações fornecidas, a aplicação direta da fórmula de juros simples leva inequivocamente ao valor de **R\$ 476.000,00**, correspondente à alternativa **C**.

Não há ambiguidade que justifique a anulação, pois a interpretação padrão em provas de matemática financeira básica é a adotada na resolução oficial.

**Contexto da banca:**

A banca avalia conhecimentos de matemática e raciocínio lógico, não exigindo que o candidato questione a viabilidade ou prática comercial do financiamento, mas sim que aplique corretamente a fórmula fornecida pelo enunciado.

O recurso introduz uma complexidade não presente no enunciado, baseando-se em suposições sobre a realidade de financiamentos que não foram mencionadas.

A redação do enunciado é suficiente e adequada para que se chegue a uma única resposta correta, utilizando a definição padrão de juros simples.

**Recurso INDEFERIDO.**

Mantém-se o gabarito oficial da alternativa **C**.

**QUESTÃO: 20 - MANTIDA alternativa 'B'.**

Prezado(a) candidato(a)

A questão trabalha conceitos de raciocínio lógico matemático, em especial, Leis de Morgan.

**Leis da Lógica Proposicional (Leis de De Morgan):**

A negação de uma conjunção  $P \wedge Q$  ("P e Q") é dada por:

$$\neg(P \wedge Q) \equiv \neg P \vee \neg Q$$

Isso significa que, para negar "P e Q", afirma-se que "pelo menos uma das proposições é falsa", ou seja, "não P ou não Q".

A substituição do "e" por "ou" é **obrigatória** pelas regras da lógica formal.

**Sentido da negação:**

A proposição original exige **duas condições simultaneamente**:

Possuir extintores carregados;

Possuir hidrantes em condições de uso.

A negação correta indica que **pelo menos uma dessas condições não é satisfeita**, o que é expresso pelo "ou", e não pelo "e".

Usar "não P e não Q" significaria que **ambas as condições são falsas**, o que é um caso particular da negação, mas não cobre todas as situações em que a proposição original é falsa.

**Clareza e correção da alternativa B:**

A alternativa B:

"O prédio não possui extintores carregados **ou** não possui hidrantes em condições de uso" está estritamente de acordo com a equivalência lógica e abrange todas as possibilidades de falsidade da proposição composta original.

A alteração do conectivo "e" para "ou" na negação não apenas "influencia", mas é **essencial** para a correção lógica.

A banca adotou o entendimento formal da lógica proposicional, consagrado em materiais didáticos e em concursos públicos.

**Recurso INDEFERIDO.**

Mantém-se o gabarito oficial **B**.